

PROCESSO TCE N° 23.745.2017-00.

ENTIDADE: Junta Comercial do Acre.

NATUREZA: Recurso.

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão nº 10.202/2017/Plenário-TCE/AC, exarada nos autos do Processo nº 18.889.2014-30-TCE (Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC, exercício de 2013).

RECORRENTE: Leandro Domingos Teixeira Pinto.

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO Nº 10.594/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Recurso de Reconsideração. Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre. Conhecimento. Provimento. Reforma do Acórdão nº 10.202/2017/Plenário-TCE/AC. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator, considerando que as justificativas e os documentos apresentados pelo Recorrente foram capazes de ilidir os fundamentos da decisão exarada nos autos do **Processo nº 18.889.2014-30-TCE** (“Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC, exercício de 2013”), **conhecer** do Recurso de Reconsideração, por ser próprio e tempestivo, e, no **mérito**, pelo seu **provimento**, para reformar o **Acórdão nº 10.202/2017/Plenário-TCE/AC**, nos seguintes termos: **1) RETIFICAR** o **item “1”**, para considerar **regular com ressalva** a Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre (JUCEAC), exercício orçamentário e financeiro de 2013, de responsabilidade do Senhor **Leandro Domingos Teixeira Pinto**, Presidente, à época, com fulcro no inciso

II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, valendo como ressalva as falhas formais apontadas pela DAFO: **(a)** inconsistência do registro contábil dos valores dos Bens Móveis registrados no inventário da entidade, **(b)** elaboração do Relatório Circunstanciado sem clareza, objetividade e todas as ações e programas que retratassem a gestão enfocada, e **(c)** ausência de depreciação dos bens adquiridos antes de 2011; **2) EXCLUIR o item “2”, referente à multa sanção aplicada ao Gestor; 3) RETIFICAR o item “3”, para notificar o atual Presidente da JUCEAC**, para tomar conhecimento do apurado e adotar as providências necessárias à correção das falhas apontadas nas próximas edições da matéria. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria** e **Valmir Gomes Ribeiro**.

Rio Branco – Acre, 14 de dezembro de 2017.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC